

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAI A ABR/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

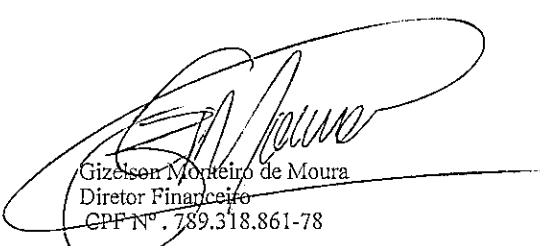
R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAI A ABR/2008	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	88.711.282,01	-
Pessoal Ativo	85.157.184,05	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.554.097,96	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.605.495,04	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	3.605.495,04	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	85.105.786,97	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	85.105.786,97	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	3.092.220.720,71	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	2,75	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	185.533.243,24	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >	176.256.581,08	

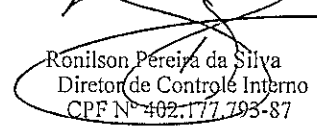
FONTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA / SEFAZ-TO (RCL)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.


 Gizelson Monteiro de Moura
 Diretor Financeiro
 CPF Nº. 789.318.861-78


 Des. DANIEL NEGRY
 Presidente
 CPF nº. 008.158.451-20


 Ronilson Pereira da Silva
 Diretor de Controle Interno
 CPF Nº. 402.177.793-87

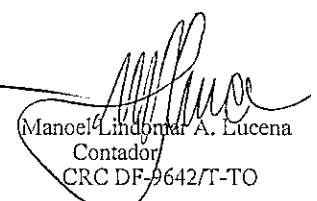
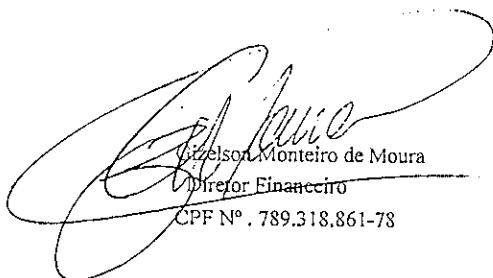

 Manoel Lindomar A. Lucena
 Contador
 CRC DF 9642/T-TO

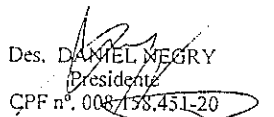
Tabela 8 - Demonstrativo dos Limites

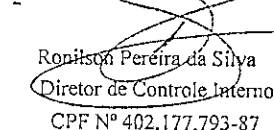
ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 1º QUADRIMESTRE/2008

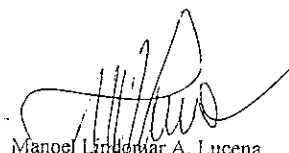
LRF, art. 48 - Anexo VII

		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	85.105.786,97	2,75
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	185.533.243,24	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >	176.256.581,08	5,70
DÍVIDA		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		
FONTE:		


 Wilson Monteiro de Moura
 Diretor Financeiro
 CPF Nº. 789.318.861-78


 Des. DANIEL NEGRY
 Presidente
 CPF nº. 008.158.451-20


 Ronilson Pereira da Silva
 Diretor de Controle Interno
 CPF Nº 402.177.793-87


 Manoel Lindomar A. Lucena
 Contador
 CRC DF-9642/T-TO